

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

ATA Nº 028

PRESIDENTE - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Declaro aberta a presente Audiência Pública.

Queremos convidar o Sr. José Moraes Filho, Presidente da ACEGO, da Cooperativa que faz um trabalho extraordinário na energia elétrica do Distrito de Jarudore e região (PALMAS).

Agradecemos a presença do Sr. Antônio Lélis de Azevedo Rocha, Vereador de Poxoréo; do Sr. Alcebíades Nunes Vieira, Vereador da Câmara Municipal de Poxoréo; do Sr. Osmar Resplande de Carvalho, Vereador de Poxoréo; do Sr. Jailton Costa Xavier, Vereador da Câmara Municipal de Poxoréo; do Sr. Nilton Alves Rodrigues, Vereador da Câmara Municipal de Poxoréo.

Convidamos o Sr. Nilton Alves Rodrigues, Vereador da Câmara Municipal de Poxoréo, que faz parte da Comissão que discute esse assunto aqui, no Município de Poxoréo, para compor a Mesa.

Agradecemos a presença do Sr. Ajax Alves Gomes, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Poxoréo; do Sr. Gilmar Alves, Secretário de Obras do Município de Poxoréo; do Sr. João de Souza, Secretário de Agricultura da Prefeitura Municipal de Poxoréo; da Srª Dercilene Rodrigues Fernandes Vieira, Secretária de Turismo e Meio Ambiente de Poxoréo; do Sr. Hildebrando Alves Barcelo, Assessor de Assuntos Estratégicos da Prefeitura de Poxoréo; do Sr. Joani Marcelo Arantes, Técnico da FAMATO; da Srª Elizete Araújo Ramos, Advogada da FAMATO; do Sr. Renan Alves da Costa, ex-Vereador do Distrito de Jarudore; do Sr. Ismael Izadaminha, Chefe do Posto Indígena; e do Sr. Miguel Ramos, ex-Vereador da Cidade de Rondonópolis, neste ato representando o Deputado Federal Weliton Fagundes, que também convidamos para compor a Mesa.

Convidamos a todos para assistir um histórico desta região.

Portanto, no telão, a nossa direita, nós vamos assistir um histórico que será apresentado no telão deste ginásio.

(EXIBIÇÃO DE HISTÓRICO DA REGIÃO NO TELÃO.)

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Nos agradecemos a presença de todas as famílias aqui presentes; de todas as lideranças do Município de Poxoréo, do Distrito de Jarudore; as lideranças de cidades vizinhas, dos Distritos vizinhos que vieram a esta Audiência Pública.

Esta Audiência Pública só está sendo realizada graças ao esforço, ao empenho das lideranças do Município de Poxoréo, de Vereadores, de ex-Vereadores, de Presidentes de Associações. E, principalmente, pela atuação parlamentar dos 24 Srs. Deputados, que votaram esse pedido dos Deputados desta região: Zé Carlos do Pátio, Sebastião Rezende e J. Barreto. E o apoio de toda Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que, presente na Assembléia, votou e

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

aprovou esta Audiência Pública, que está sendo totalmente gravada, taquigrafada, para ir para os Anais da história da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Portanto, oficialmente, vai falar o primeiro orador desta Mesa, o Dr. Amado de Oliveira Filho, Consultor e Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da FAMATO.

O SR. AMADO DE OLIVEIRA FILHO - Eu cumprimento a Mesa desta importante Audiência Pública nas pessoas do Deputado J. Barreto, do Deputado Sebastião Rezende e do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Cumprimento a população aqui presente. E, conforme a experiência do Cel. Ávila, devemos ter aqui, Deputado, mais de setecentas pessoas nesta Audiência Pública.

Para mim é motivo de satisfação estar aqui representando a Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso, que tem como um dos seus Sindicatos ativo e filiado o Sindicato Rural de Poxoréo. E mais satisfação ainda porque sou filho de Poxoréo, nascido na região de garimpo de Porto dos Santos. Então, eu me sinto extremamente em casa, vendo pessoas, meus colegas de infância, inclusive.

De fato, Srs. Deputados, que trago um abraço afetivo, carinhoso do Deputado Federal eleito Homero Alves Pereira, que não está presente por motivo de assunto particular bastante interessante. E me fez o pedido para cumprimentá-los e dizer que, de fato, este é o fórum adequado para discutirmos e encontrarmos uma solução para um problema sob a ótica técnica da Federação da Agricultura, um dos mais complexos da história político-fundiária do Estado de Mato Grosso, quiçá da região Centro-Oeste. Por quê? Essa situação torna-se complexa, eu me sinto bastante confortável ao lado da Cacique Maria Aparecida, em função de que nós temos aqui, Srs. Parlamentares, um rol, uma relação de sucessivos erros, de sucessivas falhas, de equívocos, que se caracterizam agora em um problema dos mais graves, que recai sobre a população e que, também, recai sobre os povos indígenas que estão na região.

Eu tenho ouvido na mídia, em Cuiabá, que a sociedade aqui presente, trata de posseiros, de pessoas que ocuparam desordenadamente esses 4.706 hectares. Mas resgatando a história desse problema, verificamos que não é bem assim. Porque, de fato, desde 1945, há documentos legais tratando do assunto. Quando chega no ano de 1951, de fato, os indígenas têm um documento, uma escritura, um título definitivo de suas propriedades. Em 1958, isso foi registrado em Cartório, mas aconteceu o que o vídeo colocou, o erro da tribo, o erro dos naturais, de abandonarem as suas propriedades. E daí veio o equívoco, também, do Poder Público, inclusive nos ano 60, do Governo Pedro Pedrossian, titulando proprietários rurais nesses 4.706 hectares.

Ora, então, eu não posso olhar aqui no semblante de pessoas que têm mais do que eu de idade, que tem seus 70 anos e reconhecer essas pessoas como posseiros. O Estado errou, a sociedade errou, os indígenas erraram.

Então, Srs. Parlamentares, o que vemos como um possível encaminhamento de solução de problemas, de forma tal que continuemos a prestigiar os produtores rurais, a prestigiar os investimentos públicos aqui feitos, inclusive, recursos federais, a continuarmos, inclusive, fazendo valer as leis aprovadas na augusta Assembléia Legislativa. Nós não vemos uma solução que não seja a do diálogo. Uma solução, que não seja uma discutida e que todas as partes se sintam confortáveis. E que não tenha uma solução que caracterize como perdedor ou ganhador. Que seja uma solução de ganhadores e... E hoje já podemos caracterizar que essa solução começou a acontecer com esta Audiência Pública.

Então, a proposta da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso é que, ao final desta Audiência, nós tenhamos criado uma Comissão de alto nível, liderada pela Assembléia

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Legislativa, que já faz um trabalho muito interessante na Câmara Temática que trata dos Assuntos Indígenas, liderada pelo ex-Deputado José Lacerda, com uma equipe técnica capaz, que já estuda todas as questões indígenas do Estado de Mato Grosso.

Então, a Assembléia Legislativa, sob o nosso ponto de vista, Deputado, criaria uma Comissão envolvendo as representações dos povos indígenas, envolvendo representações de entidades que labutam com as sérias questões dos povos indígenas; envolvendo representação dos produtores rurais. E nesse sentido, nós colocamos a Federação da Agricultura, o Sindicato Rural de Poxoréo, como interessados em participar dessa Comissão. E colocamos todos os órgãos federais que tratam do assunto, para que em um curto espaço de tempo nós possamos encontrar a solução ideal, negociada com todos esses agentes e possamos oferecer a paz que vocês estão buscando ter para continuarem vivendo, produzindo e trabalhando aqui no Distrito de Jarudore. Ao mesmo tempo, que as comunidades possam, também, ter tranquilidade e viver em paz.

Então, a proposta seria esta. Eu faço este encaminhamento. Eu não sei se é o momento adequado. Mas eu estou oferecendo isso como uma proposta, entendendo que poderemos, em algum dia muito breve, estar aqui trazendo solução e dando retorno à sociedade. Que, de fato, a Casa do Povo do Estado de Mato Grosso, mudando a sua sede hoje para o Distrito de Jarudore, conseguiu resolver um problema que se arrasta desde os anos de 1945.

Senhores, muito obrigado pela oportunidade da Federação da Agricultura participar desta Audiência Pública. E muito obrigado por todos vocês estarem aqui demonstrando, claramente, à Assembléia Legislativa que temos um problema sério, mas que, com inteligência, com sabedoria, com bom-senso, sem radicalismo, conseguiremos encontrar o caminho que será, certamente, o mais adequado. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, o Sr. Alexandre Stserptse, representando os povos indígenas de Sangradouro.

O SR. ALEXANDRE STSERPTSE - Boa-tarde a todos!

Minha gente, hoje viemos aqui para saber o que está acontecendo aqui. Então, eu estou sabendo. Admirei. Mas são outros problemas que eu soube com essa área da cidade de Jarudore. Mas depois disso muitos anos se passou.

Mas a gente veio para saber a solução que existe, alguma coisa para acontecer com essa área da fazenda. Então, eu vim para saber. Então, eu assustei. Eu estou assustando com essa grande novidade que estou sabendo, escutando. Conheci e assustei. Tem problema.

Então, a gente veio. Passou, minha gente, muitos anos com Jarudore. Soube, escutando, conhecemos Poxoréo e Jarudore. Mas depois de anos, em 2006, começou a recordar e renovar. E percebeu. E espertou e acordou com família dos Bororo.

Então, deu certo. Mas vim para saber disso. Tem gente que está preocupada, conhecendo, sabendo todas as coisas que tão acontecendo. Muitos anos já. Desde 1951, foi demarcada essa área Jarudore. Mas ninguém acordou que foi Governo Federal. E não retiraram esses moradores de dentro. É problema do Governo Federal. É um grande culpado, esquecendo, não se incomoda. Onde gasta esses reais? Onde joga esses reais? Esqueceu da gente.

Então, sabendo se tem grande culpado, que deu prejuízo aos nossos irmãos. Deu prejuízo muito grande. Desde, o ano de 1951 está demarcada. Mas, também, a pessoa para ficar em cima dessa área... Também fica dormindo. Se fossem dois, três, cinco... Ficar aí, ocupar essa área, completamente ficar livre, ninguém se incomoda mais. Esqueceu essa demarcação.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Então, e agora, vocês estão, a população, tanta gente... Não adianta a gente ficar em cima disso. Vamos em cima do Governo Federal. Mas já foi, esqueceu completamente. Esqueceu o Governo Federal. De uma vez, está pisando em inocente.

E se você quiser culpar, à vontade. Pode culpar à vontade. Mas o culpado é o Governo Federal. Onde gasta esses reais? O problema é isso.

Então, agora, assustou. Não adianta fazer esforço para o próprio irmão. Não deu certo. E por isso a gente veio apresentando, indicando com você. Não deveria preocupar e não deveria assustar os índios. Mas fica sossegado. Tudo isso é culpa do Governo Federal. O Governo Federal disse no Estatuto do ano de 1988. A proposta existe. Cinco anos é o prazo para dar a área dos índios. Mas esqueceu onde ele está gastando esses reais? Só pela proposta da boca é um grande papo furado, dando prejuízo para o povo.

Mas você pode ficar sossegado. Não adianta a gente batalhar. Você tá cheio, grande de progresso que está fazendo. Mas o Governo Federal fica acompanhando o luto nosso. Mas nós fizemos correto. Continua a demarcação. Agora, não adianta. Mas assustou. Fica o respeito com todos os nossos irmãos.

Você pode ficar sossegado. Pessoalmente, veio saber. Não conheço. É a primeira vez que estou em contato aqui, nesta reunião. Assustou. A gente não deve... A sua dúvida não deve existir. Mas a gente está mostrando as nossas capacidades para conhecer tudo isso. A gente pode ser... A sua vontade fica aí e andar para o progresso. Tudo isso nós podemos. Uma grande defesa. O Governo Federal anulando todas as coisas. Não deve dirigir coisa dos povos indígenas.

Então, muito obrigado pela atenção. Um grande agradecimento (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, por cinco minutos, o Sr. Nilton Alves Rodrigues, Vereador da Câmara Municipal de Poxoréo, que faz parte da Comissão que discute esse problema na região e na Assembléia Legislativa.

O SR. NILTON ALVES RODRIGUES - Nós queremos cumprimentar, nesta tarde, o Deputado J. Barreto, o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Sebastião Rezende, que apresentaram Requerimento na Assembléia Legislativa, solicitando Audiência Pública na cidade de Jarudore, que está acontecendo nesta oportunidade.

Em nome desses Deputados, eu quero cumprimentar todos os Deputados que compõem a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso; cumprimentar, também, o Prefeito Municipal e todos os seus Secretários; cumprimentar todos os Vereadores do Município de Poxoréo; cumprimentar, em nome da Dona Amíudia, toda população do Distrito de Jarudore.

Eu quero dizer aos Senhores que a Câmara Municipal de Poxoréo, preocupada com a questão fundiária do Distrito de Jarudore, instituiu uma Comissão para representar o Poder Legislativo, juntamente com o Distrito de Jarudore e com a Associação de Moradores desse Distrito. E fazem parte dessa Comissão o companheiro Vereador Tonho Lélis e o Vereador Osmar de Carvalho.

Várias vezes estivemos na Capital do Estado, tratando do assunto fundiário do Distrito de Jarudore. E, graças a Deus, a Câmara Municipal tem dado todo suporte necessário para que o nosso companheiro Mineiro e o Júnior representem também aqui, muito bem representando o Distrito de Jarudore, para que, juntamente com os órgãos competentes do Estado de Mato Grosso, se possa reverter essa situação.

Nós, em nome da Câmara Municipal, queremos deixar aqui bem claro que estamos do lado do povo de Jarudore. Vamos dar todo suporte para que a população de Jarudore possa ser beneficiada dos seus direitos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Ontem, à tarde, eu estive aqui, no Distrito de Jarudore, ouvindo as pessoas já de idade do Distrito. E deu para perceber que pessoas que há mais de cinquenta anos moram no Distrito de Jarudore dizem bem claramente, de vozes firmes ainda, que sempre viveram aqui no Distrito de Jarudore, há mais de cinquenta anos, e que nunca tiveram nenhum atrito com a população dos Bororo. E nós vemos na *internet* que vários órgãos do Governo Federal, organizações, discriminam a população de Jarudore como se tivessem expulsado os Bororo dessas áreas. E nós percebemos que isso não é verdade. Que sempre viveram pacificamente os dois povos, os brasileiros índios e os brasileiros não índios, nesse Distrito.

Mas nós esperamos que o Ministério Público Federal reconheça, principalmente, o Estatuto do Índio, em seu art. 21, como também o novo Código Civil Brasileiro, no seu art. 1.228, §§ 3º e 4º.

E nós, também, vamos estar aqui acompanhando o desenrolar de todo o processo, Mineiro. Você pode ficar tranquilo porque nós estaremos dando todo suporte para que o Distrito de Jarudore, realmente, seja contemplado e seja beneficiado com todos os direitos que possui. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Nós vamos ouvir, agora, as pessoas presentes na platéia.

Sr. Carlos Ferreira, Vice-Presidente da Associação...  
(VIRADA DE FITA.)

O SR. CARLOS FERREIRA - Boa-tarde a todos!

Gostaria de, na pessoa dos Srs. Deputados J. Barreto, Sebastião Rezende e José Carlos Freitas, cumprimentar a Mesa aqui composta e também todos os demais Deputados da Assembléia Legislativa.

Gostaria de cumprimentar todas as pessoas que compareceram e colocar que esta Audiência Pública é importante, é necessária, porque aqui se pode discutir a questão, não se pretende apenas apresentar uma versão dos fatos, mas discutir a questão, não como vinha sendo feito.

Jarudore é um Distrito de Poxoréo. Na verdade, é o maior distrito do município, com uma grande produção pecuária, tanto de gado de carne quanto de leite. E a ocupação deste território deu-se por gente humilde, pacífica, ordeira e trabalhadora. Esta ocupação deu-se, ainda, na década de 40, do século passado, portanto, antes mesmo da demarcação final da reserva. Antes mesmo da reserva ser demarcada aqui já havia pessoas, não índios, já estavam presentes aqui.

E quando a reserva foi demarcada finalmente, em 1951, a presença de índios na região era pouca, porque esta reserva foi demarcada para que os índios bororo tivessem aqui em Jarudore um ponto de descanso, em suas viagens, das aldeias do Norte para as aldeias do Pantanal.

A ligação indígena com o local era tão pouca que aos poucos, os poucos que aqui viviam, foram espontaneamente - é importante que se diga - deixando a região, restando, no ano de 1976, apenas um casal de velhos que residia na aldeia e era assistido pelos moradores do distrito.

Esse casal, nesse mesmo ano, foi levado daqui para a reserva de Meruri, pelos salesianos. Vindo para cá, logo em seguida, o Sr. José Luiz com a sua família. Eles desfrutavam da amizade de alguns moradores e do respeito de todos. Tanto é verdade, que a filha do Sr. José Luiz, a Srª Maria Madalena, foi uma das professoras da Escola Franklin, que aceitou o desafio de iniciar o ginásio na escola. Ela, como muitas outras professoras não índias, estudava o ginásio no período matutino e lecionava no período vespertino. Ela alfabetizou muitos cidadãos, hoje atuantes da sociedade, como é o caso do ex-Vereador Carlinhos Macaúba.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Cito isto, a fim de demonstrar a convivência pacífica e um modo igualitário, sem preconceito, como eram tratados os índios enquanto estiveram por aqui.

Esse Sr. José Luiz, aproveitando-se do prestígio que tinha entre os não índios de Jarudore, vendeu a área de terra em que ficava localizada a casa dele, a antiga aldeia, mostrando que para ele esta terra não tinha valor cultural algum, negando por completo a sua ligação com a terra, atribuindo-lhe apenas um valor monetário e nada mais.

Os senhores podem dizer que o ato da venda da terra por ele não tem valor legal nenhum. Sim, legalmente, pode ser que não tenha valor, mas isso sabemos nós, pessoas conhecedoras das leis. Porém, o que dizer daquele que comprou a terra ainda no ano de 1978, uma pessoa humilde, sem estudos, para quem a palavra de um homem vale tanto ou mais que um documento?

Para ele, a transação financeira que estava fazendo era plenamente legal, até porque os não índios viviam aqui já havia bastante tempo, com toda infra-estrutura ofertada pelo Estado, sem nunca terem sido procurados por alguém da FUNAI, mais ainda, sem ao menos terem visto alguém da referida instituição por aqui, o que para eles era, e para nós ainda é, sinal de que a sua presença e a nossa aqui era perfeitamente normal e legal.

Hoje, do alto de seus gabinetes, de suas cátedras, muitos dizem que, em Jarudore, houve violência contra índios, que houve, nas palavras da Subprocuradora da República, a Dr<sup>a</sup> Déborah Duprat, um clássico caso de genocídio. Agora, eu questiono: Baseados em que dizem isto? Quais são as provas documentais que têm? Cadê os cadáveres de tantos mortos?

Na verdade, não existe nenhuma prova disto, a não ser apenas relatos de relatos de alguns índios. É apenas um disse-que-disseram uma versão dos fatos. Ninguém nunca veio aqui procurar aqueles que vivenciaram esse período para saber qual a versão deles dos fatos.

Essas pessoas que chegaram aqui, ainda na década de 40, como é o caso da dona Miúda ali sentada, antes, porém, da demarcação final da reserva, nunca foram ouvidas por aqueles que os acusam de genocídio. Hoje, os senhores terão a oportunidade de ouvi-los, de conhecer o relato dessas pessoas simples que aqui construíram, constituíram famílias e construíram uma vida.

Esperamos que após ouvi-los e também ouvirem o outro lado da questão, os índios bororo, aí sim, conhecedores das duas versões, os senhores possam ter uma opinião e não um pré-conceito sobre esse gravíssimo problema que afeta a todos nós.

Sobre este ponto, eu sempre tinha ouvido que toda e qualquer história tem dois lados e que para tomar um deles como verdade, sem ao menos conhecer o outro, nada mais é que preconceito, é algo tendencioso, espúrio. E aqui até se levanta uma questão: Será que os interesses dessas pessoas são realmente louváveis? Ou terão o que de escusos? Quem será realmente que está por traz disso?

Nos autos dos processos que movem contra todos os moradores de Jarudore, consta que os índios foram violentados, maltratados, assassinados, mas eles não têm prova alguma, repito.

Nós, preocupados com isto, tivemos pesquisando junto ao Fórum e a delegacia de Polícia Civil da Comarca de Poxoréo para ver se as acusações realmente procediam, mas não há nenhuma acusação ou registro de crime, de natureza alguma, cometido por não índios, contra índios, em Jarudore. Isso corrobora com os relatos dos antigos moradores que dizem que não índios e índios, enquanto estes estiveram aqui, tinham uma convivência pacífica de respeito e que nunca se ouviu falar de morte ou conflito entre ambos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

A ocupação deste território, reafirmo, aconteceu porque as terras estavam desocupadas e se deu de forma pacífica e ordeira.

A Sr<sup>a</sup> Maria Aparecida que é, entre os índios bororo, a pessoa que comanda a tentativa de se retomar as terras, em entrevista à revista Ótima, disse que, em nome da ancestralidade, essas terras sempre lhes pertenceram e, por isso, deviam voltar para os seus domínios.

Agora se questiona: Em nome de que ancestralidade? Pois se vamos falar em ancestralidade, aqui viveu, bem antes dos bororo, um outro povo, conforme confirmam as inscrições rupestres nos morros Dumoia e da Janela.

Então, falando em ancestralidade, esses seriam os legítimos donos. E mais, há mais fatores socioculturais que ligam esta terra aos atuais moradores do que aos índios bororo. Entre esses fatores, pode se citar: A marca de suas mãos, de seu suor e por que não do seu sangue que impregna tudo e toda a paisagem local. Cada centímetro de pasto, cada quilo de carne, cada litro de leite, cada metro de asfalto, cada lâmpada que se acende durante a noite, tudo isto está impregnado da vontade desse povo que aqui vive, que aqui quer construir a sua vida e que aqui quer descansar para sempre.

Aliás, a presença de cemitério, com inúmeras sepulturas, algumas tão antigas quanto à presença dos brancos, é outro fator de ligação cultural importante entre os atuais moradores e este lugar tão querido.

Agora, quanto aos índios, os poucos que por aqui morreram, podem ter certeza de que todos de causas naturais, nenhum vitimado por não índios, eles não foram sepultados em terras que eles hora requerem. Seus restos mortais eram depositados em uma lagoa fora da área demarcada, o que comprova, repito, que este lugar quando demarcado não tinha nenhuma ligação cultural com os bororo, e é por isso, talvez, que eles não permaneceram aqui.

A questão fundiária em Jarudore é antiga, tão antiga quanto à demarcação da reserva que, na época, já era ocupada por não índios, os quais nunca foram comunicados ou notificados pelas autoridades que as terras deles - porque eles efetivamente as ocupavam - não era mais deles, que deveriam sair, pois as terras passaram para os índios. Nem mesmo os índios a requereram, talvez porque não estavam ligados a ela e não se sentiam partes dela. Pelo contrário, o próprio poder público incentivou os não índios a permanecerem e se fixarem definitivamente aqui, criando escola, estradas, fornecendo água tratada, possibilitando a instalação de energia elétrica e de telefone, entre tantos outros benefícios.

Os poderes públicos deram todo suporte necessário para que nós, moradores deste vilarejo e distrito, pudéssemos aqui permanecer e viver com o mínimo de dignidade e conforto.

A questão fundiária de Jarudore é antiga e não foi resolvida ainda até hoje, seja com parecer favorável a nós ou aos índios, porque houve muita omissão e falta de vontade. Por exemplo, no ano de 1976, havia muita apreensão na região, inclusive com algo parecido como o que está acontecendo hoje, pois naquela oportunidade os índios bororo que viviam na Aldeia Tadarimana, em Rondonópolis, deslocaram-se daquela reserva para Jarudore, na tentativa de marcarem presença aqui. E essa situação foi relatada em reunião da própria Assembléia Legislativa, no dia 1º de junho de 1976, pelo então Deputado Estadual Carlos Bezerra. E não foram tomadas as devidas providências no sentido de se resolver definitivamente o problema.

Este vinha sendo protelado, empurrado com a barriga até os dias atuais, quando o Ministério Público e a FUNAI entraram com ação contra todos os moradores, chamando-os genocidas. Inclusive, senhores, esta situação não pode ficar mais assim indefinida.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Eu não gostaria de criar os meus filhos, quando os tiver, num lugar que eu não sei até quando poderei chamar de meu, sempre à mercê de comentários e ameaças. Ninguém suporta mais essas indecisões, investimentos deixam de ser feitos no local, porque há sempre problema de um dia quem sabe se perder tudo.

A população jarudoreense sente-se insegura, ameaçada e, inclusive, abandonada à própria sorte.

E vejam bem: hoje, dentro dos quatro mil setecentos hectares, vivem cerca de duzentas famílias, em sua maioria de baixa renda, que sobrevivem um pouco melhor graças a programas governamentais, a assistência prestada pela Operação Mato Grosso e, principalmente, ao modo de vida solidário do lugar.

Essas pessoas insistem aqui, não fogem das ameaças que vêm sofrendo ultimamente, porque não tem condições de viver em outro lugar. Muitos, inclusive, do pouco que dispunham, as economias de toda uma vida, investiram na aquisição de seus pequenos sítios ou casas. Retiradas daqui, essas pessoas vão para onde? Vão fazer o quê? Elas foram culpadas de serem envolvidas nesse imbróglio?

É importante ressaltar que, conforme pesquisa feita recentemente por nós, a grande maioria dessas pessoas nunca tinha visto índios por aqui, pois desde que o Sr. Zé Luiz vendeu o terreno, ocupado por ele, e foi embora, até junho deste ano, quando a senhora Maria Aparecida retornou com a sua família, não houve presença de índios aqui, foram trinta anos de completa ausência.

Sobre o retorno da Sr<sup>a</sup> Maria Aparecida e sua família, a maneira como foram tratados pelos não índios desde a sua chegada, demonstra muito bem a passividade e espírito solidário e ordeiro do povo deste distrito.

Os índios chegaram, comandados pela Sr<sup>a</sup> Maria Aparecida e por um salesiano, italiano, conhecido como mestre Mário, invadiram uma pequena propriedade, a uns cinco quilômetros da vila, espalharam panfletos pela rua, ameaçando retomar tudo e expulsar todos, utilizando-se, inclusive, da força e das armas, ameaçaram impressionar os vizinhos e, lógico, invadiram, principalmente o Sr. Jonas, mas mesmo assim não foram maltratados, pelo contrário, receberam foi ajuda, seja através de doação de leite, de pasto para as rezes que trouxeram para cá, seja através da oferta de emprego para o genro da Sr<sup>a</sup> Maria Aparecida que hoje trabalha, que hoje é frentista, transportador de leite, do laciú Jarudore. Isso tudo, mesmo diante da ameaça de perder tudo aquilo que construíram no decorrer de suas vidas, o que comprova que sempre houve tolerância e respeito dos não índios para com os índios de Jarudore.

Aqui, para finalizar, vale ressaltar que: Primeiro, a ocupação desta área se deu de forma pacífica e iniciou mesmo antes da demarcação definitiva da reserva.

Segundo, nunca houve conflito ou confronto entre índios e não índios no distrito de Jarudore.

Terceiro, os bororo abandonaram espontaneamente estas terras, inclusive, com o agravo da venda de parte dela, conforme fez o Sr. Zé Luiz.

Quarto, caso seja dado ganho de causa (INAUDÍVEL)... Que não fizeram nada de má-fé? E quanto à ligação afetiva e emocional que criaram com o lugar? Isso tem como ser mensurado e transformado em dinheiro? E quanto aos que jaz nos cemitérios, serão exumados e levados para onde? Como ficará a ligação entre as inúmeras famílias que residem aqui ou em outros lugares do Estado, inclusive, em outros Estados com os seus antepassados neste solo sepultados?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

É diante destas considerações e também se pensando em uma solução definitiva que, inclusive, contemple os índios, que se propõe: Primeiro, que as quatro mil, setecentos e seis hectares em questão voltem para o domínio da União, e que esta a distribua para os atuais moradores.

Segundo: Que se localize uma área, ainda não totalmente antropizada e, portanto, propícia para o desenvolvimento e manutenção cultural indígena e a mesma seja demarcada e consolidada como reserva indígena (INAUDÍVEL)...

O PRESIDENTE (J. BARRETO) - A Assembléia Legislativa pede ao jovem Carlos Ferreira, que usou da palavra, o seu histórico, o seu relatório passará para os Anais da Assembléia Legislativa e será enviado, evidentemente, para a futura Comissão que será criada pelo Poder Legislativo de Mato Grosso.

Com a palavra, o Sr. Ozeti Francisco de Souza, ex-Vereador da cidade de Poxoréu.

O SR. OZETI FRANCISCO DE SOUZA - Deputado J. Barreto, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Sebastião Rezende; cumprimento o Prefeito de Poxoréu; os caciques aqui representando o povo indígena; Polícia Militar; e o povo aqui presente.

Nós moradores de Jarudore, nos últimos meses, estamos apreensivos com a questão das terras indígenas.

Durante década, a população de Jarudore viveu aqui tranqüilamente, porque tinha poucos índios, ou melhor, dizendo, quase não existiam índios. Eles faziam aqui de Jarudore um lugar onde se repousavam para ir ao Pantanal ou ao rio das Mortes.

Aqui nunca houve conflito entre os poucos índios que aqui existiam e os brancos e muito menos genocídio, mas, sim, mesmo entre os poucos índios e os brancos sempre viveram em total harmonia.

Os índios, o tanto que viviam em harmonia com o povo de Jarudore, que davam seus filhos para os brancos batizarem e até mesmos criarem, como é o caso da dona Lena, que quem criou foi o Sr. Bia, que todo mundo aqui conhece. Os bororo foram abandonando Jarudore espontaneamente, talvez porque não lhes convinham viver aqui, o que levou o crescimento da nossa vila.

Hoje, Jarudore é o maior distrito do Município de Poxoréu, e também a maior bacia leiteira do Município de Poxoréu.

Nós temos aqui, além disso, uma infra-estrutura de uma pequena cidade. Nós temos aqui água encanada, telefone, ruas asfaltadas, uma escola muito boa, toda uma estrutura de uma cidade, praça, ambulância, enfim, todas as coisas que uma cidade pequena precisa.

A minha preocupação é com o problema social que será gerado, caso venhamos ser obrigados a deixar essa área. É por isso que as autoridades, lideranças de Poxoréu e do Estado, estão aqui reunidas para debatermos o problema.

É preciso, realmente, Deputados e a Mesa aqui que se faz presente, um diálogo muito grande, pois também somos sensíveis à questão indígena, pois reconhecemos a necessidade de uma proteção do poder público aos índios, tanto é que os jarudorenses jamais maltrataram índios.

Nós esperamos que a justiça, ao dar a sua decisão, irá sopesar só pesar a questão dos moradores de Jarudore, irá decidir de forma menos gravosa para ambas as partes. O ideal seria uma barganha por outra área que venha ao encontro das necessidades indígenas, uma área em que o meio ambiente não esteja tanto agredido quanto da nossa região, com a certeza de que irá propiciar uma qualidade de vida melhor aos povos bororo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Nós sabemos que a região de Jarudore já não atende mais os índios, houve desmatamento em toda a sua área, e as matas aqui existentes já não pertencem mais às áreas demarcadas pelos índios.

O rio Vermelho está aí todo assoreado, e o peixe ficou escasso. E a área hoje já não é mais a mesma de algumas décadas atrás e a realidade, também, é outra.

Então, Srs. Deputados, senhores representantes da classe indígena, por que prejudicar centenas de famílias que seriam jogadas ao relento, homens, mulheres, jovens e crianças, engrossando assim as fileiras dos sem-teto, dos sem-terra, das favelas, e o aumento da criminalidade, e daí também o desemprego.

Se isso acontecesse, Srs. Deputados, geraria um caos social muito grande, não só em Jarudore, mas em todo Município de Poxoréo, onde está o Prefeito, que nós sabemos - fui Vereador do município por três mandatos - que é bastante pobre.

Vamos, Srs. Deputados - e aqui essa Mesa bem representada por várias etnias e também pelos bororo - usar do bom senso, fazer um entendimento para que nenhuma das partes seja prejudicada.

Nós sabemos que caso seja decidido pela retirada dos posseiros, o dano será bem maior do que se houver uma troca de área por outra mais propícia e que dê ao povo bororo maior integração entre si e melhor qualidade de vida.

Senhores Deputados e a Mesa aqui bem representada, senhores vereadores, fica aqui os nossos agradecimentos de coração, que é inédito isso que está acontecendo aqui em Jarudore, mas eu quero pedir a vocês, que não mediram esforços para estar aqui hoje participando desta Audiência Pública, que não deixe que essa luta fique por aqui, que leve essa luta adiante, porque essa luta é do povo jarudorense, que mora aqui há mais de quarenta anos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, o eminente Vereador Lelis, membro da Comissão Especial da Câmara Municipal de Poxoréo.

O SR. LELIS - Sr. Deputado J. Barreto, Deputado Zé Carlos do Pátio, nosso Deputado Sebastião Rezende, em seus nomes quero cumprimentar a todos da Mesa; povo de Jarudore.

Este momento é muito importante para a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, principalmente, quando ela tem a prática - isso já é prática da Assembléia - de estar levando as discussões do Estado às localidades para discutir os seus assuntos.

E aqui, depois da fala do professor Júnior, eu acredito que os oradores que defendem a propriedade para o povo de Jarudore, para os sitiantes, para os moradores de Jarudore, vão consolidar dentro daquelas propostas que ele colocou, que está aí na mesa, e que nós esperamos, Srs. Deputados, a seguinte tomada de posição e uma proposta à Assembléia Legislativa: É preciso que respeitem a identidade do povo de Jarudore.

Em primeiro lugar, eu quero aqui relatar que este distrito tem moradores há mais de quarenta anos, há mais de cinquenta anos, e aqui eu quero ressaltar o Sr. Raimundo Carneiro, que está aqui presente, que chegou aqui há mais de sessenta anos.

Quero relatar o saudoso Bio, pai do João Sival, avô da professora Leda, que aqui fez a história ali na Serra da Arara, aqui no Distrito de Jarudore.

E dizer que esse povo tem identidade. Esse povo tem origem. As pessoas só podem ser tiradas das suas localidades da qual ela não tem origem nem identidade. E a identidade desse povo é ser Jarudore, é ser Poxoréo e, acima de tudo, ter a legalidade do investimento público, do poder municipal, do poder do Estado e do poder federal.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

E aqui eu quero sugerir aos Deputados que façam uma comissão e que discutam essa questão em nível federal. A solução é preciso vir de lá. É preciso que o Governo Federal estabeleça retorno dessa área à União e repasse ao Estado para que ele possa distribuir para aqueles que estão nas terras, porque não podemos perder de forma alguma, aqui neste distrito, principalmente, os moradores que querem fazer os seus investimentos, Srs. Deputados, que hoje ficam no questionamento: arrumo minha casa, aumenta minha moradia, faço investimento ou não faço investimento?

Começou a tirar da sociedade aqui o direito de sonhar, de ter um lar melhor, o direito de fazer investimento melhor, o direito de financiar algo para a sua própria vida. E isso é fundamental que nós tenhamos a alto-estima desse povo, tenhamos consciência que ele precisa aumentar a sua alto-estima. E aumentar a alto-estima é fazer com que esse povo, que a história dele seja garantida.

Respeito muito e tenho um grande respeito aos povos indígenas, mas há um questionamento muito claro: Se a terra que estamos aqui, que o povo de Jarudore está aqui presente há quarenta anos, há cinquenta anos e viveu passivamente... E aqui eu quero dizer ao meu colega e professor Júnior, que a história tem duas linhas, a história de quem quer contar e a história de quem quer falar a verdade.

E a história de quem quer falar a verdade é a história que o povo de Jarudore é passivo, o povo de Jarudore nunca teve uma agressão ao povo indígena, que o povo de Jarudore sempre viveu dignamente, respeitado dentro das suas próprias terras, é essa a história real.

E eu espero que o senhor, Procurador de Justiça da União, possa conhecer a história, possa buscar da senhora que está ali presente, a sua história concreta e real aqui dentro.

Eu espero que a Assembléia Legislativa, com tanta competência que tem, da sala da cidadania, dos recursos que existem na Assembléia Legislativa, possa montar uma comissão e chegar ao nosso Governo, ao Governo que nós defendemos, ao Governo que defende propriedade digna ao povo, buscar solução dessa terra.

Pode ter certeza de uma questão clara, o Vereador Nilton colocou aqui bem claro: A Câmara de Vereadores, o Presidente da Câmara, o Vereador Zé Correa, e todos os Vereadores têm uma questão clara, tem um lado, que é o lado de as terras de Jarudore ficar na mão de quem está, esse é o lado da Câmara de Vereadores de Poxoréo, e fazer a distribuição de uma outra área aos povos indígenas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, pela inscrição, o Dr. e Professor Paulo Isaac, da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso...  
(VIRADA DE FITA.)

O SR. PAULO ISAAC - ...Em nome da Cacique Maria Aparecida cumprimento todos os Boboros e demais componentes da mesa; em nome do Mineiro cumprimento todos os moradores de Poxoréo; senhores membros da imprensa; senhoras e senhores.

Eu tenho feito, ao longo dos anos, um estudo a respeito dessa situação do Jarudore, primeiro porque a 17 anos eu estudo a história dos Bororos e aqui quero cumprimentar e elogiar o trabalho do Mestre Mário Bordignon Enawureu, um dos maiores especialistas em história Boboro, que está aqui presente, com todo o meu respeito.

Eu conheço também a história da população branca que reside em Jarudore, porque muitos dos filhos de vocês, dos netos, estudaram na Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* de Rondonópolis, e em suas monografias escreveram a história, o sofrimento e a vida, enfim, toda a luta do povo dessa região.

Excluído: desse povo

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

E neste momento estou assustado. Estou assustado porque estão disseminando uma idéia, um terrorismo na população de Jarudore. Não sei qual é a intenção dessas pessoas. O fato é que se está criando uma instabilidade, uma idéia de conflito que de fato não existe. O que existe é uma situação de fato, histórica e que, ao longo dos anos, não foi resolvida.

O que eu temo? Qual é o meu medo? O meu medo é que o medo de vocês, a insegurança de vocês e a intranquilidade de vocês gere uma situação de conflito que não interessa nem para índios e nem para brancos.

Excluído: .

E o que mais me incomoda é que nós, que estudamos a história ao longo de muitas décadas, e alguém aqui falou sobre 1976, da década de 70, é que estão se repetindo as mesmas mentiras e as mesmas enganações.

Se a situação de Jarudore é essa que se encontra hoje é porque muitos políticos, muitas lideranças, enganaram a população de Jarudore. E, essa população, ao invés de se voltar contra aqueles que os enganaram, se volta contra os índios ou contra o Estado brasileiro.

Excluído: e

Excluído: m

É preciso, neste momento, ter muita serenidade, muita tranquilidade, muita paz de espírito para não distorcer e não deturpar a história.

Não é desqualificando a sociedade indígena, não é mentindo sobre a história que vocês vão restabelecer a verdade. É preciso que vocês tenham paz no coração.

Excluído: , é

Eu vi, por exemplo, a jornalista que fez aquela reportagem ter o cinismo de dizer que essa é, supostamente, uma terra indígena. Ela não é supostamente uma terra indígena. Ela é uma terra indígena, demarcada a mais de quatro décadas. Ela é terra indígena desde quando Rondon demarcou, em 1912, quando ele esteve aqui.

Então, é preciso que nós olhemos as coisas com a devida clareza. Ao longo de 100 anos aconteceram coisas que levaram os povos indígenas a sair da região e levaram vocês, seus pais e seus avós a estarem aqui.

Mas, se existem algumas pessoas que querem distorcer e desqualificar a história e os índios, existe também uma história que é documentada, que está registrada nos Anais do Estado brasileiro, está registrado em todos os segmentos nacionais e internacionais.

Então, eu quero, para finalizar, dizer que nós não vamos construir a solução desse problema se continuarmos a nos enganar e sermos enganados.

Excluído:

Excluído: s

É preciso trabalhar em cima da verdade. Se existe uma reivindicação de que essa área se torne de vocês oficialmente - vocês podem escrever o que estou dizendo - talvez nem os filhos de vocês verão isso, ver o título de vocês, porque essa é uma terra demarcada pelo Estado brasileiro.

Agora, nenhum Estado, nenhum Governo, nenhuma prefeitura nenhuma Assembléia Legislativa de Estado vai ser irresponsável de tirar os moradores daqui, desalojá-los e jogá-los nas ruas, como os terroristas estão dizendo que vão fazer com vocês, porque quem fala isso está fazendo terrorismo, está tirando o sono de pessoas que vivem aqui há mais de 30 anos.

Nenhum Estado, nenhum Deputado, nenhum prefeito é irresponsável de fazer uma prática dessa. Toda solução no Estado democrático é uma solução negociada. Isso tanto é verdade que os nossos Deputados estão aqui presentes, de forma pacífica, propondo alternativas, propondo soluções, ouvindo a população e assim fazer o Ministério Público, a Justiça, o Estado brasileiro, através do Executivo, do Legislativo e do Judiciário como um todo. E essa solução virá mediante negociações, mediante conversa.

Quem vai ser vitorioso? Nós não sabemos. Quem decidirá isso é a Justiça. Nós sabemos que a democracia é a melhor forma de resolver isso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

E quero fazer um apelo a todos os moradores aqui, especialmente aqueles mais velhos, porque eu tenho feito contato com algumas pessoas e me tem sido passado que pessoas estão perdendo até o sono, pessoas que não dormem, que estão muito inseguras com medo de serem despejadas.

Gente, nós acreditamos que o Estado brasileiro não é um Estado de irresponsáveis. Nós sabemos que tudo isso será negociado dentro do que chamamos institucional.

Nós temos os nossos representantes da Câmara Municipal de Poxoréo, da Prefeitura, da Assembléia Legislativa. E quem conhece essas pessoas sabe quem, em hipótese alguma, vocês serão arrancados de suas casas e despejados sem ter para onde ir.

É preciso que tenhamos cautela, é preciso que tenhamos serenidade. E nós não construiremos um Estado democrático, não construiremos a solução desse problema que afeta cada um de vocês, cada um de seus filhos. Vocês não construirão isso desqualificando os índios, mentindo sobre a história dos índios, nem tentando sobrepor a história de vocês sobre a história dos índios. Essa não é a história dos índios ou do povo do Jarudore. Essa é a história de todos nós. E com base nessa história de todos nós, nós, com certeza, construiremos a solução.

Eu desejo a todos vocês muita paz no coração e muita serenidade. Fechem os ouvidos para aqueles que querem espalhar a discórdia e o terrorismo.

É claro que vocês têm que estar atentos, acompanhar o processo e participar. Isso faz parte da solução do problema, mas não deixar que a intranquilidade e o medo invadam as suas almas e provoquem uma situação de conflito ou uma situação que venha a prejudicar ainda mais vocês, porque se se criar uma situação de conflito certamente as terras indígenas não terão a solução que vocês esperam. É necessária muita serenidade.

E para isso, temos aqui hoje, graças a Deus, a presença de 03 Deputados, que são Deputados de minha admiração, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado J. Barreto e o Deputado Sebastião Rezende, que em suas caminhadas, nas suas trajetórias na história de Rondonópolis, sempre se pautaram pela paz, pela tranquilidade e por uma solução negociada.

Então, eu desejo paz e muita serenidade para todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Eu gostaria de convidar o Sr. Carlos Antônio do Carmo, Presidente da Associação dos Moradores aqui do Jarudore, conhecido como Mineiro, para fazer uso da palavra.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DO CARMO - Senhores, em nome do Deputado J. Barreto, do Deputado Sebastião Rezende e do Deputado Zé Carlos do Pátio eu cumprimento toda a mesa e todos os presentes que aqui hoje estão.

Esta audiência pública tem vários sentidos, o primeiro é que quando Paulo Isaac disse que nós estamos equivocados quando exigimos esta audiência pública, mas que foi o único caminho que achamos para mostrar a nossa verdade.

E eu tenho certeza, meu povo, que tudo o que foi dito hoje a respeito dos não índios, não tem mentira nenhuma aqui. Só existe a verdade. Era isso o que eu queria falar.

Eu gostaria de mostrar uma das verdades, o depoimento de pessoas de idade que chegaram aqui na década de 40.

(EXIBIÇÃO DE VÍDEO COM DEPOIMENTOS DOS MORADORES LOCAIS.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO DO CARMO - Bem, senhores, aí está a verdade.

Eu acho que todas essas pessoas entrevistadas... Não é possível que uma pessoa como aquela velhinha, a Dona Miúda, mente. É só olhar para fisionomia dessa pessoa que vocês verão.

Excluído:

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Por que dizem que estamos mentindo aqui? Por que dizem que estamos ocultando a verdade? Nós não estamos ocultando a verdade, estamos falando a verdade.

Nós estamos reivindicando aquilo que é nosso, a terra que é nossa, a terra que Deus nos prometeu porque há anos vivemos aqui.

Então, meu povo, vamos lutar, mas lutar com o coração. Não vamos com lutar armas. Vamos lutar na justiça para provar perante a justiça que a justiça Divina está acima, às vezes, das injustiças da terra (PALMAS)

Vocês podem ficar tranqüilos que nós chegaremos à vitória, porque eu tenho certeza de que o Governo Federal irá dar outra área para os índios, porque eles também precisam da terra.

Como nós estamos aqui precisando, podem ter a certeza de que eu estarei lutando, junto com todas as pessoas de Jarudore, para que os índios não sejam prejudicados, porque vocês sabem que no passado eles não foram maltratados aqui - vocês ouviram nos depoimentos.

Agora, quem está provocando, às vezes, discórdia, conflito não é o povo de Jarudore, mas as pessoas que chegaram aqui há pouco, que andam dizendo que saiu na revista dizendo que vão trazer os índios Terena e atacar o povo de Jarudore.

Eu quero ver qual a justiça federal que vai chegar na casa da dona Lina e dizer: “A senhora tem 05 dias para desocupar sua terra”. Ou: “A senhora tem que sair agora.”

É preciso que se olhe com responsabilidade, com seriedade e, acima de tudo, com respeito, com os velhos, com os jovens, com os senhores e com as senhoras, e principalmente com essas crianças.

Qual será o futuro dessas crianças, gente? Eu acho que nós precisamos do apoio da Assembléia Legislativa, que tem nos ajudado, do Governo Federal, das pessoas e, acima de tudo, de Deus. Deus esta conosco e chegaremos ao impasse, à verdade que será, no fim, resolvido.

Por isso, gente, nós não vamos mais ficar tristes porque hoje abrem-se as portas para uma solução pacífica. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra o Sr. Bartolomeu Patira, Vereador de General Carneiro.

O SR. BARTOLOMEU PATIRA - Boa-tarde, Srs. Deputados, Sr. Prefeito e público presente neste ato público que está sendo realizado em Jarudore.

Sou representante do povo Xavante e quero também solicitar a vocês que não tenham essas idéias conflituosas, destorcidas quanto às raízes não-indígenas e indígenas.

Os legados das terras indígenas é de nível nacional, os legados dos nossos antepassados, e os legados que vocês começaram a criar são os legados do passado, dos avós e de vocês.

Quero pedir aqui, Srs. Deputados, e Prefeito, que falem ao povo neste ato público que não tenham essa raiva com os nossos irmãos Bororos, que estão aqui também procurando meio de sobrevivência.

A Constituição Federal garante aos povos indígenas que a cada 05 anos teriam demarcação de terras indígenas e não é cumprido.

Também o Estado de Mato Grosso reconheça aos povos indígenas seus direitos, como direitos têm eles aqui nesta terra de Jarudore, desse povo que está tendo essa benfeitoria como sendo distrito de Jarudore, que é ligado ao Município de Poxoréo.

Todos nós somos seres humanos. Nós devemos compreender uns aos outros. Não podemos distinguir que indígenas são diferentes dos brancos. Todos nós somos iguais, temos dois

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

olhos, comemos bebemos e sentimos as mesmas dores quando morre nossos avós, tio, filho - sentimos a mesma coisa, choramos, temos lágrimas.

Por tudo isso, vamos com calma. Sempre há solução. Se não tem solução, não precisa ter essa briga, essa luta, esse conflito.

Sendo parlamentar municipal de outro município, vim conversando com vários vereadores e com os Srs. Deputados também, que estão ouvindo isso, que vocês analisem essa questão entre os povos. Não podemos ter esse medo.

Como o nosso amigo Paulo e os outros falaram, que amanhã pode ser despejado. Não. O Deputado Estadual não tem direito de despejar ninguém, nem federal. Cada um tem seu direito. O direito tem seus limites também.

Na Constituição Federal tem os direitos indígenas, na Carta Maior, onde as leis são cumpridas e determinadas, onde a lei obriga o cidadão a cumprir.

Então, era isso que eu queria dizer aos senhores aqui, para que possamos refletir que todos nós somos humanos, que a Constituição Federal garante os direitos de todos nós, direito de ir e vir, o direito a nosso patrimônio, como os senhores têm aqui, têm criado seus gados, têm suas fazendas e tudo mais, têm seus túmulos, e cemitério aqui. Assim também o povo Bororo tem seus túmulos e cemitério.

Eu não sei se vai haver estudo antropológico sobre essas áreas, mas vejo que essa estrutura está sendo maior já está sendo maior, tem escola estadual aqui, tem policiamento, tem tudo aqui. Então, vamos devagar e pensar. Não precisamos dessas coisas monstruosas, idéias diferentes.

Vamos ajudar a prefeitura, vamos ajudar os Deputados para que haja uma solução. Haverá um caminho, juntamente com o Governo do Estado e com o Governo Federal também... (VIRADA DE FITA) ...acompanhando nessa parte desse estudo como poderia ser.

Então, o que não admito, como humano, como professor, como educador, é a questão de intrigas, brigas ideológicas, mas tem que ser um caminho justo para ambas as partes. Então, têm vários representantes já falando aqui sobre a questão das raízes que não podemos dizer nada. Eu não posso também falar nada na questão das raízes.

É claro que uma senhora que está aqui e que tem 90 anos, tenho um grande respeito, porque amanhã também serei um ancião, amanhã serei também um ancião que pode transmitir as coisas que são legadas pelos nossos antepassados.

Obrigado pela representante aqui que mostrou uma anciã que estava falando sobre a questão das origens, de onde ela veio. Se existiam os Bororo, você tem... É claro que Jarudore é uma palavra bororo, porque todos nós indígenas somos nômades, não ficamos no mesmo lugar. Caçamos outro caminho, outro lugar, procurando os frutos, caça e coleta, pesca. Então, isso teve passagem aqui.

Então, o que eu peço aos senhores que estão aqui presentes não podemos sentir medo, assustado, nem nada. Mas, através da lei, poderemos ter essa solução, uma solução pacífica e que todos nós também indígenas e não indígenas, somos seres humanos.

E que antigamente, na escrita, eu li que a igreja, os índios eram considerados como animal, como cachorro. E quando morriam diziam que o índio não tinha alma. Agora nós aprendemos, o quê? A rezar, a escrever e tudo, e agora somos considerados seres humanos. Quer dizer, isso, cada um de nós podemos chegar em certo ponto de que todos nós também somos filhos de Deus, filhos da natureza, filhos do ar que nós respiramos, filhos da terra, porque na terra, você planta, cresce, colhe fruto, filhos da água.

Então, era isso que eu queria dizer, a minha mensagem transparente aos senhores e

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

que os Srs. Deputados levem essa mensagem e que estudem e analisem uma forma bem correta e mais concreta. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Maria Aparecida Toro Ekureudo.

A SR<sup>a</sup> MARIA APARECIDA TORO EKURUEDO - Boa-tarde, pessoal.

Os Deputados aqui presentes, todo o povo aqui presente, eu não tenho muita coisa para falar para vocês, porque eu sou uma pessoa que falo pouco, e espero pelo futuro. Tenho confiança na lei. Eu sei que a lei da Constituição não é uma coisa de brincadeira, não foi escrita só para mim. Então, eu não tenho muita coisa para falar para vocês, para prometer nada. Eu espero pela lei da Constituição.

Agora, para mim foi um dia de surpresa, porque eu esperava que não fosse dessa forma, mas aconteceu assim. Então, eu achei bom, porque também estava precisando de uma esclarecida com vocês, aqui moradores de Jarudore, porque o que eu ouço falar é que aqui nunca houve conflito. Eu acho que nunca teve mesmo um conflito de verdade, que é aquilo que mata, que judia. Mas, de certa forma, nós olhávamos, essas coisas aconteceram, sim. Não da forma que o pessoal fala, que comenta, mas que aconteceu.

Porque eu mesma quando cheguei aqui, no dia 1º de junho, foram 3 noites sossegadas até que o pessoal... Eu vim na Vila e falei para a Elenilda que tinha entrado na minha área, que eu tinha reocupado a minha terra... Então, a partir daí, começou aquele medo, a insegurança da população. Eu nunca tive medo deles, mas por causa de boatos, eu passei a prestar um pouco mais de atenção.

Então, eu sei que conflito nunca teve, mas também não posso falar que tudo é pacífico, porque de uma certa forma nós sofremos discriminação, todos aqueles que tentaram se aproximar de nós, tentaram ajudar, sempre tinha alguém para cortá-los, ameaçando, até a própria bororo que tem aqui, até hoje, ela nos proibiu de chegar até a casa dela, porque se nós começássemos a freqüentar a sua casa diariamente, eles não teriam mais serviço. Então, não acredito que foi tão pacífico, que é tão pacífico. Não acredito nessa paz.

Da nossa parte, sim, porque queremos bem todo mundo. Foi em busca de paz que estou aqui. E cheguei aqui e entrei numa área desocupada, para evitar tudo o quanto for conflito, tudo quanto for ameaça. Sempre que saio às ruas peço para as minhas crianças, para o meu povo não responderem à provocação. Eu não posso falar que tudo foi pacífico.

Um cara nos chamou de ladrão. Passou pela moto, pelo caminhão e gritou: “Hei, bororo ladrão”. Então, eu fico indignada com isso, porque nós não roubamos nada de ninguém. Eu não entrei numa fazenda, eu não entrei num lote que tem escritura. Eu entrei em cima daquilo que é meu. Eu vim para ficar, e vou ficar. Seja viva, ou seja morta, mas é aqui que eu vou ficar, sem ameaça... Quanto àquilo que eu... Eu presto atenção em tudo o que falam. Agora mesmo eu escutei que quem faz ameaça é quem falou na revista, mas o que está na revista é mentira, porque eu não toquei em nenhum nome de Tereno, não toquei no mestre Mário, também saiu na revista. Isso é mentira. Porque não sou mulher de mandar recado para ninguém.

A respeito dessa questão fundiária, eu não tive muita coisa para falar, mas há tempo eu guardo essa oportunidade para falar para moradores daqui que têm pessoas que às vezes não dormiam, dizendo que eu ia cortar luz, que eu ia cortar água, eu ia... Não! Eu sou tão pequena quanto vocês. Eu espero só pela justiça. Eu não tenho autoridade para fazer nada. Não tenho poder para fazer nada. Eu sou um ser humano igual a vocês. Vocês podem ficar sossegados. O mesmo tanto que vocês têm de respeito por mim, eu tenho por vocês. Eu não tenho mágoa, não tenho nada

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

contra vocês, porque vocês também são vítimas da sociedade, vítimas dos políticos, vítimas das mentiras. Aquela vontade de subir no trono, aquela vontade de ganhar o poder, mentiam para vocês.

É essa mentira que o Paulo Isaac estava falando. Ele não queria dizer que era mentira dos velhinhos a história que estavam contando, não era isso que ele queria dizer. Ele queria dizer das mentiras que eles fazem, prometem, tantas promessas que vocês ouviram e foram construindo em cima dessas promessas todas falsas, porque se elas fossem legítimas, nós não estaríamos aqui discutindo questão fundiária.

Agora, daqui para frente, nós temos que ver uma solução, mas não vai ser proibindo fulano de falar comigo. Eu proíbo o meu povo de falar com vocês, não vai ser assim que nós vamos resolver. É dando as mãos uns para os outros, mostrando que somos pessoas educadas, mostrando que temos educação, que fomos à escola, porque todo mundo aqui, a maioria, todos freqüentaram escola e sabem o que é educação.

Parar com essa coisa de falar para os alunos: Se você não for, eu vou diminuir o seu ponto. Isso aí não pode existir. Os alunos estão na escola para aprender coisas boas, para ouvir coisa boa, para ouvir a verdade do professor, porque na escola o professor é pai, é mãe das crianças. Então, é assim que nós temos que construir um mundo melhor. Esperar nesses Deputados que estão aqui presentes e por toda a confiança em Deus, porque só ele sabe o que vai fazer.

O meu muito obrigado a todos vocês. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Convido todos os convidados, todas as partes, todas as representações, porque nós vamos ouvir aqui as autoridades que foram convidadas, evidentemente, algumas não compareceram, mas fala aos senhores e senhoras o Exm<sup>o</sup> Sr. Prefeito Municipal Antônio.

O SR. ANTÔNIO - Eu quero cumprimentar o Deputado J. Barreto, o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Sebastião Rezende, e, em nome deles, cumprimentar a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso que faz nesta tarde esta Audiência Pública que, na minha opinião, é o passo mais importante para se chegar ou se encaminhar uma decisão definitiva em relação a essa questão de Jarudore.

Quero cumprimentar o Amado, representando aqui a FAMATO, o Vice-Prefeito José de Souza, o Tenente-Coronel Ávila, a índia Maria Aparecida, representante dos Bororo; cumprimentar o Vereador José Correia, Presidente da Câmara, o Bartolomeu, índio Xavante e Vereador no Município de General Carneiro; Antônio Mineiro, Presidente da Associação de Moradores aqui de Jarudore; Cacique Leandro, da aldeia Sangradouro; Nilton, Vereador, representante da comissão indígena, criada na Câmara Municipal; Miguel Ramos, representando aqui o Deputado Welinton Fagundes; cumprimentar as demais autoridades aqui, cumprimentar a Dona Maria Aparecida, que é cartorária, tabelião do 1<sup>a</sup> Ofício do Município de Poxoréo; cumprimentar os demais presentes.

Eu acho que, tirando um ou outro discurso mais duro, vamos dizer assim, de um lado ou do outro, o que se viu aqui nesta tarde foi uma discussão que se encaminha, na minha opinião, para que se tenha uma solução pacífica para o Distrito de Jarudore, para a população indígena, para a população que vive neste Distrito e que vive no Município de Poxoréo.

Eu aqui quero fazer referência à fala do Amado que, com muita propriedade, colocou aqui os erros que foram cometidos ao longo da história dessa demanda que vai há mais de 50 anos na minha opinião, e que chegou numa situação em que estamos agora. E que sem dúvida nenhuma precisa chegar no final. E nós entendemos os dois lados aqui, Dona Maria Aparecida. Entendemos o lado dos índios Bororo que tem realmente a escritura pública da área do Distrito de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Jarudore, mas nós precisamos também entender a situação dessas pessoas que estão aqui, que ao longo de 50 anos construíram as suas vidas. E da mesma forma como o índio Bororo tem a história na terra, que é uma terra brasileira que os quatro cantos deste País pertenciam, sem dúvida nenhuma, a todos vocês, desde o nosso descobrimento, e que de lá para cá nós viemos convivendo pacificamente. Hoje nós somos mais de 190 milhões de brasileiros, aí incluindo os índios e os brancos.

E eu acredito que com essa reunião desta tarde, com a participação efetiva, com o encaminhamento, e acho, na minha opinião, que daqui sairá uma comissão, como foi proposta aqui pelo Amado, que vai realmente encaminhar decisiva e definitivamente essa situação. Porque nós entendemos que a Procuradoria da República, que, na minha opinião, deveria estar aqui, hoje, para ver essa situação e conversarmos sobre isso, estivesse aqui para discutir esse assunto. Mas eu acredito que um dos primeiros passos é esta comissão buscar uma conversa com o Procurador da República, com a Justiça para que nós possamos mostrar a realidade posta, hoje, no Distrito de Jarudore e, que, na minha opinião, ainda, não vai se resolver o problema da forma que está.

Como disse aqui o Carlos, que falou anteriormente, que antes dos índios estarem aqui, já existiam inscrições de que outros povos viveram aqui antes dos índios. Então, nós precisamos ter realmente essa consciência e acreditar que o povo de Jarudore, que aqui está presente, está muito apreensivo sim, mas, na minha opinião, em nenhum momento, e eu estive aqui outras vezes, e tive a oportunidade de conversar com a Dona Aparecida inclusive, conversamos numa reunião aqui nesta escola. E vi naquele momento, naqueles dias, que era o início dessa situação, mas uma situação mais apreensiva neles, mas nem por isso nós percebemos que haveria uma situação de hostilidade por parte dos moradores aqui, e acredito que essa convivência tem sido pacífica, e precisa continuar sendo até que cheguemos numa situação definida que, na minha opinião, não vai demorar muito agora, porque nós vamos fazer o compromisso aqui, eu faço, como Prefeito, eu tenho certeza que a Câmara Municipal vai fazer esse compromisso, que a Assembléia Legislativa irá fazê-lo esse compromisso também, de buscarmos realmente uma solução muito rápida, muito eficiente para que isso seja definitivamente definitivo.

Esperamos contar com o bom senso, e precisa ter bom senso na Justiça, para ver a realidade aqui do nosso Município, aqui do nosso Distrito e dos índios bororo.

Então, eu espero que esta convivência, até que esta situação não se resolva, continue sendo da forma que está. Vocês aqui do Distrito, vivendo, fazendo as coisas que vocês sempre fizeram, trabalhando, os índios lá onde eles estão também aguardando essa decisão da Justiça também de forma pacífica e nós vamos tentar essa negociação. Porque precisa acontecer essa saída negociada para resolver o problema de todos, para resolver o problema dos jarudorenses e para resolver o problema dos índios bororos aqui no Município de Poxoréo.

Então, eu queria pedir à população de Jarudore, que é a imensa maioria aqui neste Distrito, que tenha tranqüilidade, continue sendo pacíficos e nós nos comprometemos a trabalhar para que esta situação realmente se encaminhe.

Então, meus amigos, eu quero aqui, nesta tarde, agradecer mais uma vez a presença da Assembléia Legislativa no Município, nesta Audiência Pública, que sem dúvida nenhuma é de fundamental importância para o desenrolar da situação. E quero dizer aos Deputados que nós confiamos e contamos com o trabalho de Vossas Excelências na Assembléia Legislativa e que, sem dúvida, nós iremos achar o melhor caminho para resolver a questão dessa situação aqui no Distrito de Jarudore.

Muito obrigado. (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Ouve uma falha aqui, antes do Prefeito, evidentemente, teremos que ouvir e vamos ouvir o Cléber Meritororeu.

O SR. CLÉBER MERITOROREU - Boa-tarde a todos, autoridades, senhoras e senhores aqui presentes, alunos, alunas, jovens, estou bastante alegre de estar aqui neste exato momento. Assisti praticamente todos os debates. Eu não sei dizer a vocês de que tudo o que vocês disseram está errado. Também não desclassifico outra parte que foi comentada a respeito da nossa história.

E para iniciar a minha fala, eu vou começar com um ditado que diz: A terra é uma mãe aflita, olhando um filho que prospera e outro que desespera.

Para se tratar da história de Mato Grosso, eu diria que não tem como contar a história de Mato Grosso sem deixar de falar primeiramente do povo bororo. Povo esse que sempre foi desta região de Mato Grosso. Para analisarmos a verdadeira história de Mato Grosso nós temos que analisar, olharmos, analisarmos os dois lados da moeda. Eu não precisava estar aqui falando para vocês se neste exato momento estivéssemos conosco o nosso Marechal Cândido Rondon. Bastaria chamá-lo aqui e ele definiria todo o processo histórico do qual, hoje, estamos vivendo, do qual, hoje, se resultou neste problema.

Essa região, essa cidade Jarudore tem nome bororo. Jarudore. Não é Jarudore, não. É “Jarudore” na nossa língua. É um peixinho de couro chamado Mandi, Iri, pedra, no lugar do Mandi, esse é o nome verdadeiro de Jarudore para quem não sabe, levem com vocês o significado da palavra Jarudore. Todos esses morros aqui de Jarudore têm nome bororo. Nós não estamos aqui discutindo a questão de simplesmente arranjar um outro lugar para o meu povo bororo. A terra, para nós, é mãe. Tem um significado maior do que simplesmente talvez vocês enxerguem a terra.

É aqui nesta região que se iniciou todo o processo lendário do meu povo bororo, dos meus antepassados. Aqui nesta região tem cemitérios onde foram enterrados os meus antepassados. Eu não estou mentindo, eu não sei mentir. Eu não defendo essa teoria de mentiras. Essa é a pura verdade como muitos disseram aqui, disseram a verdade. Eu estou dizendo a verdade também. Não vamos acusar o passado. Quem somos nós para acusar o passado. Eu não acuso o erro que o meu povo cometeu no passado. Acredito que nem vocês também acusarão os erros cometidos por vocês ao meu povo no passado. Hoje estamos vendo outra história. Acredito que se resolva o problema através de conversa, através de negociações. E aqui estão os nossos verdadeiros responsáveis para solucionar esse problema.

Eu pediria que isso se resolvesse através de muita calma, de muita transparência, através de justiça, porque o meu povo sempre sofreu injustiça. A lei parece que existe só para os pobres. Mas para os mais ricos não existe lei. Essa é a pura verdade que parece que enxergamos por aí.

Sempre os nossos governantes... A minha aldeia Meruri foi loteada, foi vendida pelos governantes. Essa terra aqui também foi vendida pelos governantes, e muitas áreas outras do meu povo foram vendidas pelas nossas autoridades. E nós vemos ainda os erros sendo feitos por essas autoridades que deveriam lutar para o bem do nosso povo.

Então, eu estou aqui para dizer essa verdade. Essa terra tem um significado muito mais do que olhamos para ela. Ela é religiosa para nós. O meu povo foi enterrado aqui, a lenda do meu povo se inicia aqui. Seria muito fácil... O Amazonas é grande. Pegar um pedaço de terra lá e nos colocar lá. Mas estaremos iniciando uma outra história. Verdadeiramente nós somos de Mato Grosso, é aqui o nosso lugar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Não quero prolongar a minha fala. Eu pediria que de ambas as partes tivessem bastante calma. Eu assumo e dou a minha palavra que não sou a favor de agressividade, de conflitos, e não quero que esse problema se resolva através de conflitos.

O Prefeito de vocês falou muito bem, disse a mesma coisa. Vamos resolver através da lei, para isso existe a lei e que essas leis sejam cumpridas e que os nossos governantes, as nossas autoridades, os nossos representantes olhem a lei, obedeçam a lei e resolvam as coisas em cima realmente da lei, em cima do que tem que ser feito.

Essas são as minhas palavras para vocês. Agradeço a atenção de vocês.  
(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, neste exato momento, um dos Deputados que mais se preocupou com essa situação, debatedor na Assembléia Legislativa por essa questão.

Com a palavra, o nobre Deputado Sebastião Rezende, autor também do Requerimento que convocou esta Audiência Pública. Mais uma vez, eu quero dizer que ela está sendo gravada e que vai fazer parte do documento da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Quero cumprimentar a todos vocês.

Boa-tarde. Cumprimentar os Deputados Zé Carlos do Pátio, J. Barreto, Prefeito Tonho; cumprimentar aqui o Sr. José, Vice-Prefeito; nosso querido amigo, Dr. Amado; o Tenente-Coronel Ávila, Dona Maria Aparecida, cacique bororo; também cumprimentar o Mineiro e Carlos Ferreira, que fazem parte da comissão.

Quero aqui inclusive registrar a aflição do Mineiro, do Carlos, que estiveram há algum tempo no nosso gabinete muito preocupado com essa situação. E óbvio, há tantos anos morando aqui nós sentimos o quanto isso é dolorido, e nós entendemos essa situação de aflição. Também a todos os nossos companheiros, quero cumprimentar aqui o Vereador Lélis, e, na pessoa dele, todos os Vereadores do Município de Poxoréo. Cumprimentar Juscélio, o Marcelino, o Marquinhos, o Agnaldo, o Seba, que fazem parte desta nova geração aqui de Jarudore, como faz parte também, chegando aqui há 40 anos, o Sr. Manoel Luiz da Silva, a Dona Lina, há mais de 60 anos aqui, já com 90 anos.

Então, na realidade, é uma situação que, enquanto Deputados Estaduais, nós nos preocupamos e a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso se preocupa, porque é uma população que há anos vivem aqui, que criou as suas famílias aqui e que hoje vive uma situação de apreensão, de preocupação. E nós ouvimos aqui o Professor Paulo Isaac, ouvimos aqui a Dona Maria Aparecida, ouvimos aqui o trabalho historiado pelo Carlos Ferreira, muito bem feito, contando a história de toda a situação vivida aqui no Jarudore.

Então, eu quero dizer a todos vocês que essa preocupação passada a todos nós, Deputados Estaduais, vamos estar ombreando, trabalhando muito fortemente para vermos essa situação de forma pacífica ser resolvida.

E óbvio que nós nos preocupamos, aqui toda uma infra-estrutura feita, uma comunidade que nas suas propriedades, que investimentos foram feitos, tem lutado por ela. Nós queremos achar uma solução. E vamos estar juntos com o Governo Federal buscando todos os apoios necessários para que essa situação possa realmente, de forma definitiva, ser resolvida.

Nós vemos a população aqui e uma comunidade vivendo 60 anos e que não tem, é óbvio, pelo problema existente, porque é uma terra que está titulada de propriedade da tribo bororo. Não há como a comunidade, a população ter o título dessa terra. Não podem fazer financiamento,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

não podem investir do jeito que desejam aqui. Então, o nosso desejo é realmente trabalhar. E trabalhar muito fortemente junto aos órgãos competentes, especialmente Governo Federal para que haja, que resolva, que busque uma solução definitiva para dar aqui tranqüilidade a todos os moradores de Jarudore que aqui vivem, que são ordeiros, que são trabalhadores.

E vocês podem contar com o apoio da Assembléia Legislativa, podem contar com o apoio dos Deputados Estaduais aqui da região sul do Estado, que estarão a partir deste momento, nós já fizemos isso em algum momento quando recebemos a visita da comissão ali. Tivemos na Casa Civil conversando ali. E já há esse entendimento e essa preocupação para ombrear junto conosco na saída e resolvendo essa situação.

Eu quero apenas dizer para a comunidade de Jarudore que nós vamos trabalhar neste sentido, buscando essa solução para que todos saiam e que não haja perdedores. Essa é preocupação que já foi dita. Eu acho importante de que todos saiam satisfeitos dessa situação, tanto a comunidade de Jarudore quanto à comunidade bororo. Eu quero deixar a todos vocês o meu forte abraço. E vamos estar juntos nesse trabalho e nessa empreitada. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Tem um senhor aqui com um documento, um jornal da *Folha de São Paulo*, e ele quer protocolar junto à Assembléia Legislativa. Eu gostaria que o senhor explicasse em um minuto.

O SR. (?) - Boa-tarde, pessoal.

Eu sou um dos atingidos da Barragem de Manso do qual onde não tivemos um pingo de apoio do Prefeito. E endossando o pedido do Prefeito que ele se prontificou em ajudar o problema de vocês. Então, gostaria que vocês tivessem somando juntos, porque nos deixaram lá à deriva. O pessoal ficava acampado na Assembléia Legislativa, ficava acampado no Palácio. Então, isso foi feito... Eu tive que sair de lá e denunciar fora. Está aqui a *Folha de São Paulo...* (VIRADA DE FITA) ...Então, vamos ter voto passivo. Agora tem uma coisa, podemos muito bem fazer a coisa simples. O que é? O índio não está querendo nada disso. Ele está simplesmente reivindicando uma coisa que ele preservou.

Agora, fiquem sabendo vocês que atrás de morro existe morro. Há uma especulação em cima disso aqui. O que é? A localização geográfica, lençóis freáticos, temos as melhores térmicas quentes daqui da região. E está havendo uma especulação em cima disso aí da qual o índio está sendo julgado.

Outra coisa, a anistia internacional foi quem chegou a exprimir para hoje vir trazer uma Audiência Pública. Então, não é agora que vamos cruzar os braços, não! Vocês fiquem sabendo que o melhor das coisas está nas coisas simples. Então, vamos buscar a simplicidade. A hora que pegar o índio e o assentado, a coisa vai andar direito. Agora, o interessante é - e eu gosto de registrar aqui nos Anais - porque foi o único lugar aonde o índio chegou primeiro. O índio, não! O branco chegou antes do índio na década de 1940. Essa história eu não engulo!

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Convidamos para usar da palavra um dos representantes do Município de Poxoréo e que também está profundamente comprometido nessa questão, o eminente Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero cumprimentar o meu colega, Deputado Estadual J. Barreto, pessoa que eu tanto estimo. Quero cumprimentar o Deputado Sebastião Rezende, amigo nosso lá na Assembléia; o Prefeito do Município de Poxoréo, Antônio Rodrigues de Oliveira; o Vice-Prefeito de Poxoréo, José de Souza Filho; o Presidente da Câmara Municipal de Poxoréo - e nesta oportunidade cumprimento todos os Vereadores do Município de Poxoréo - José Correia Filho; também cumprimento o Vereador Nilton Alves Rodrigues, que faz parte da Mesa e é

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

o Vereador que faz parte da Comissão que debate esses temas; cumprimento o Sr. Amado de Oliveira Filho, Consultor e Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da FAMATO; o Sr. Carlos Antônio do Carmo, Presidente da Associação dos Moradores de Jarudore; o Sr. Bartolomeu Patira, Vereador de General Carneiro, Cacique Xavante do Sangradouro; Maria Aparecida Toro Ekureudo, Cacique Bororo; Tenente-Coronel Ávila, neste ato representando o Secretário de Justiça e Segurança Pública, Célio Wilson; o Sr. José Moraes Filho, Presidente da CERGRO - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região da Grande Rondonópolis; o Vereador Miguel Ramos, Vereador por três mandatos no Município de Rondonópolis e Assessor do Deputado Weliton Fagundes, o Sr. Alexandre Sstertse, representando os povos indígenas do Sangradouro.

Minhas senhores, meus senhores, demais lideranças. Na verdade, essa Audiência Pública está acontecendo, porque houve uma solicitação do Ministério Público Federal da reintegração de posse da área do Município de Jarudore.

Veja bem, eu não vou fazer um relato do que já passou. Eu vou colocar qual foi o objetivo da Assembléia Legislativa. Foi chamar todas as entidades representativas envolvidas nesse fato para vir discutir em Jarudore este assunto.

Convidamos a FUNAI, ela não veio. Convidamos o Ministério Público Federal - e na oportunidade quero aqui registrar em Ata - e o Ministério Público Federal alegou que eles estão em audiências e não houve possibilidade de estar presente. Convidamos a Justiça Federal, convidamos também o Governo do Estado, inclusive a figura da Casa Civil. Quero aqui dizer que fomos pessoalmente falar com o Secretário-Chefe da Casa Civil, Antônio Kato, que também não veio.

Então, eu quero aqui dizer a cada um de vocês que nós, Deputados, não temos poder de decisão sobre um fato desse. Quem tem poder de decisão sobre um fato desse é o Poder Judiciário, é o Ministério Público Federal. E, ele não veio. Qual é o nosso próximo passo? E aqui eu quero deixar registrado em Ata para nós fazermos encaminhamento. Tem aquele ditado: "Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai à Maomé".

Então, depois desta Audiência Pública, quero aqui dizer que esta Comissão de Deputados vai marcar uma Audiência com o Procurador-Geral da Justiça, Mário Lúcio Avelar, que solicitou a reintegração de posse dessa área, inclusive, anexando as Atas dessa Audiência, com todas as representações de entidades constituídas, a FUNAI, entidades indígenas, comunidade de Jarudore. Nós vamos lá apresentar o nosso encaminhamento e o nosso testemunho desta Audiência Pública. Iremos também à Justiça Federal, à FUNAI. E esta Comissão - quero aqui dizer - se possível for, se tivermos que ir a Brasília, nós iremos, para discutir os temas lá. O que não podemos aqui garantir e eu quero aqui colocar que como homem público, em respeito ao cidadão, eu que tenho seis mandatos, eu não posso aqui dizer que nós iremos resolver a questão, porque quem resolve é o Poder Judiciário. E nós temos que ser honestos com o cidadão. Nós vamos, sim, buscar os caminhos para solucionar esse problema. Como nós vamos resolver? Como nós vamos buscar uma saída? Porque na verdade, ninguém está ganhando com isso. Todos estão perdendo.

Eu quero aqui dizer que um cidadão ao morar num lugar há 40, 50 anos, sem ter o direito do seu documento, sem poder ter... Porque o documento garante a inclusão social. Um cidadão que não tem um documento da sua propriedade, ele é um excluído. Então, há uma necessidade de se garantir esse direito de cidadania. E é interessante que nem a família indígena e nem o cidadão de Jarudore estão tendo os seus direitos constituídos garantidos. Todos estão perdendo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Então, temos que buscar uma solução. Agora, sinceramente, o que mais me dói, muitas vezes, é a burocracia, é a morosidade da condução das coisas. Eu sou um homem público e uma das coisas que eu mais gosto é de resultado. Eu não sei se é por causa da minha própria profissão, a minha profissão é de resultado. Então, eu gosto de resultado. E o que estou sentindo é que há uma morosidade no resultado, numa solução definitiva para garantir o direito de cidadania, tanto dos povos indígenas quanto do povo de Jarudore.

Eu quero aqui dizer a essa Comissão que a Assembléia vai ser parceira junto com os povos indígenas na busca desse caminho. É uma questão delicada? É! Somos nós que solucionamos esse problema? Não! Quem soluciona é o Poder Judiciário, é o Governo Federal, mas nós vamos chamar o Governo do Estado na responsabilidade, porque quem, inclusive, passou essa área para fazer esse encaminhamento foi o Governo do Estado, que fez a documentação dessa área.

Então, o Governo do Estado também tem que se comprometer! Não interessa que foi há 50 anos atrás. É o Poder Público! O Governo do Estado tem que ser comprometido para buscar uma solução para essa questão.

Então, minhas senhoras e meus senhores, podem contar conosco. Eu sei muito bem que não é fácil. Volto a dizer: Jarudore é um distrito que é maior do que umas cinco ou seis cidades de Mato Grosso. É maior! É maior do que Serra Nova Dourada! É maior do que Novo Santo Antônio! É maior do que Bom Jesus! É maior do que Santa Cruz do Xingu! E não pode essa sociedade ficar na exclusão. Também não pode os povos indígenas não ter uma solução sobre a questão de suas terras.

Eu quero aqui, neste momento, como Deputado Estadual, como Parlamentar... Inclusive, indignado com tudo isso... Nós, da Assembléia, buscando esse caminho... Nós estamos buscando o caminho... Nós queríamos que essa Mesa fosse até mais representativa ainda, mas, lamentavelmente, não vamos justificar aqui porque não vieram, mas nós vamos... É aquela questão: Se eles não vieram, nós vamos a eles! Nós vamos voltar a eles, nós vamos lá no Ministério Público Federal, nós vamos na Justiça Federal, nós vamos na FUNAI. Inclusive, lamentavelmente, a instituição FUNAI não esteve aqui, que é a instituição que representa os povos indígenas. E nós vamos na FUNAI, enfim, buscar os caminhos.

Aliás, eu quero aqui parabenizar a Comissão Organizadora, extremamente bem representativa, determinada. Quero aqui dizer e parabenizar a Assembléia Legislativa, que nós fizemos, inclusive, a divulgação dessa Audiência Pública para todo o Mato Grosso, todos os meios de comunicação de Mato Grosso: SBT, TV Centro América, TV Record, para que a sociedade matogrossense tenha conhecimento desse fato.

Quero aqui dizer que a imprensa de Cuiabá, hoje, circulou nos seus jornais a matéria desta Audiência Pública, para que, realmente, toda a sociedade matogrossense tenha consciência da gravidade desse problema. E o que eu estou sentindo aqui é que está todo mundo igual Pilatos, querendo lavar as mãos e não assumir uma solução correta, para que busque uma solução correta para esses cidadãos; cidadãos esses que nos orgulhamos, que são de todas as espécies, cidadãos indígenas, povos aqui não indígenas e que merecem respeito do Governo Brasileiro.

Então, eu quero aqui dizer que nós continuaremos trabalhando, intermediando, mas volto a dizer, que não temos o poder de solução, não somos o salvador da pátria, mas podemos ajudar a buscar e abrir os caminhos para essa Comissão muito esforçada. E, quero aqui sugerir à Comissão que envolva os povos indígenas em todas as idas de vocês, para buscar até mais transparência. Chame a Cacique Maria Aparecida, chame - e aqui quero cumprimentar - o Prof.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Paulo Izaque. Eu acho que esse debate tem que ser extremamente transparente e buscar, realmente, a solução disso, porque eu não posso mais suportar o que está acontecendo.

Eu lembro que uma vez o povo de Jarudore defendia a emancipação desse município. Isso é natural numa comunidade, mas em detrimento dos problemas de ilegalidade não pode fazer a emancipação. Quer dizer, isso tem que ser garantido. Os trabalhadores, a sociedade, a população tem que ter os seus direitos garantidos.

Então, eu quero aqui dizer que a Assembléia Legislativa, como instituição, ela vai se empenhar em todos os meios para intermediar caminhos para buscarmos a solução. Não somos a solução, mas podemos ajudar a fazer os encaminhamentos.

Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Cumprimento a todos do Município de Poxoréo, de Jarudore e quero cumprimentar a todos que estiverem envolvidos nesta Audiência Pública, a toda gente mais humilde e mais simples que aqui esteve, até aos doutores, como o Prof. Izaque, que nos dá a honra de estar aqui e de ter participado ativamente, como o Prof. Kleber, que esteve aqui demonstrando a sua preocupação com o seu povo, como a Maria Aparecida, que aqui está presente e como as entidades da FAMATO, através do Dr. Amado, do Prefeito, dos Vereadores, do Presidente desta Comissão, dos Vereadores que participaram ativamente desta Comissão, dos representantes aqui presentes; o representante do Deputado Welinton Fagundes, o Sr. Miguel Ramos. Mas, acima de tudo dizer o que disse aqui o Deputado Zé Carlos do Pátio e o Deputado Sebastião Rezende: Nós viemos a esta Audiência Pública oficial e aí está registrado nos Anais da Casa, um dos fóruns mais importantes para se discutir, porque aqui, mesmo tendo três Deputados, está a representação do povo do Estado de Mato Grosso.

Por isso, está oficializada, Vereadores, esta Audiência Pública. Como disse o Deputado Zé Carlos do Pátio: Se não vieram todas as entidades convidadas, nós iremos agora a eles. E vocês podem ter a certeza absoluta que estamos aqui desde o meio-dia, desde às 13:00 horas esperando esta Audiência Pública para ouvir os seus representantes, para ouvir as entidades que estiveram presentes, de que todos, pelo que nós observamos querem um fim pacífico, um fim feliz para que haja uma solução definitiva, para que não possamos esquecer a história, para que não possamos esquecer também a história dos indígenas que vieram aqui há muitos anos procurar nesta terra a sua sobrevivência. Mas, não podemos esquecer o outro lado, que é a história da pessoa humilde, daquela senhora de 90 anos.

Portanto, foi dado o primeiro pontapé inicial, Prefeito, de uma solução que deverá vir, que deverá estar presente, de uma solução que nós acatamos, hoje, aqui, Dr. Amaro, para ampliar uma Comissão que já foi formada na Assembléia Legislativa, que tem o Deputado Sebastião Rezende, o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado J.Barreto, que tem o Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Antônio Kato ao lado do Dr. Rômulo Vandoni, que representa o Governo do Estado. E, agora nós, com as imagens que estamos levando lá, com a preocupação da população que mora aqui, que tem a sua sede aqui, com a preocupação dos povos indígenas que aqui estão, nós vamos levar a eles e dizer de que a Assembléia está fazendo um papel importante na definição, que ninguém quer guerra, que ninguém quer massacrar ninguém, que todos querem um objetivo, a vida pacífica dos povos indígenas e daqueles que moram aqui numa região urbana, hoje, do Município de Poxoréo.

Portanto, tem aqui a palavra deste moço que teve a honra de presidir esta Sessão, que vai continuar mesmo sem ser Deputado até o dia 31 de janeiro, vai continuar atento, cobrando esta solução, esta definição em favor do Distrito de Jarudore e em favor daqueles que buscam o seu direito.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO FUNDIÁRIA**  
**ENVOLVENDO O DISTRITO DE JARUDORE NO MUNICÍPIO DE POXORÉO, REALIZADA**  
**NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Portanto, Dr. Amado, a solução dada por Vossa Excelência, reconhecendo a história desta terra e reconhecendo aqueles que construíram Jarudore, que é o povo que aqui está, será levada adiante.

A Assembléia Legislativa agradece a todos aqui presentes, a todos os nossos servidores da Assembléia, aos jornalistas que vieram de todos os canais de televisão do Estado de Mato Grosso, a todos que participaram, evidentemente, vão ter uma divulgação maior e as autoridades responsáveis, que é a Justiça, que são as autoridades políticas também, que tem que achar esta solução, com certeza, nós vamos cobrar.

Parabéns a todos! Está encerrada esta reunião.

Muito obrigado (PALMAS).

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
- Revisão:
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Nilzalina Couto Marques.